

22/02/2019 12:01 - STF interrompe julgamento com quatro votos a favor de criminalizar homofobia



O plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) se reuniu pela quarta vez nesta quinta-feira para julgar as duas ações que pedem que a Corte criminalize a violência e a discriminação contra LGBTs — equiparando a homofobia e a transfobia ao crime de racismo.

As quatro sessões dedicadas ao assunto só comportaram, contudo, os votos de quatro dos 11 ministros, e o julgamento foi interrompido sem data para recomeçar. Segundo o presidente do STF, Antonio Dias Toffoli, mais de 30 processos deixaram de ser votados pelo plenário nas duas últimas semanas.

As ações em questão, apresentadas pelo PPS e ABGLT, pedem que o STF reconheça a omissão do Congresso Nacional por não editar leis nesse sentido. Logo no início da

última sessão para o julgamento da criminalização da LGBTfobia, o ministro Edson Fachin, relator do Mandado de Injunção (MI) 4733, votou a favor da criminalização da violência contra LGBTs, acompanhando integralmente o voto de Celso de Mello, relator da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 26.

Na sequência, Alexandre de Moraes e Luís Roberto Barroso seguiram os votos dos dois colegas. "Nada insufla mais o criminoso do que a impunidade", diz Moraes, para quem há a necessidade de crimes específicos. Ele lembrou que homicídios cometidos em contexto de discriminação por orientação sexual já são tratados com o agravante de "motivo torpe", mas disse que isso não seria o bastante. Já Barroso celebrou que "começa a se delinear uma surpreendente unanimidade ou pelo menos uma expressiva maioria" pela criminalização da homofobia. Por enquanto, apenas o ministro Marco Aurélio Mello manifestou incômodo sobre a possibilidade de criar uma "lei temporária", já que a equivalência entre homofobia e racismo valeria até o Congresso Nacional se manifestar sobre o assunto.

Fonte: